

O SONHO DE BELL HOOKS: A TRANSGRESSÃO DECOLONIAL EM PESQUISAS E PRODUTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

JANAÍNA CARDOSO DE MELLO

Introdução

O século XXI trouxe consigo, nessas primeiras duas décadas, um rápido desenvolvimento das tecnologias digitais que subvertem a ordem das coisas físicas para um mundo onde a virtualidade computacional ou ao menos a hibridez que mescla produtos/serviços analógicos e digitais em várias áreas de atendimento direto à sociedade.

Todavia se a evolução tecnológica pode ser vislumbrada à olhos nus, questões relacionadas aos Direitos Humanos, à dignidade das pessoas, principalmente no que tange a questões de respeito e inclusão de grupos de etnias afrodescendentes e indígenas têm perpassado um longo processo de avanços e recuos a partir de uma história onde a escravização desses grupos tornou-se um mote para o racismo estrutural evidenciado todos os dias no Brasil. Pois,

o racismo brasileiro solidificou-se historicamente através da invisibilidade experimentada nas relações informais e íntimas do cotidiano das pessoas, reproduzindo-se em gestos diários de negatização, ridicularização e estigmatização dos grupos não brancos do país (GIL; MEINERZ, 2017, p. 23).

Os movimentos sociais têm buscado dispositivos legais para coibir o preconceito racial e garantir direitos mínimos como a ocupação de postos de trabalho e estudo, a difusão dos conhecimentos, culturas, memórias e histórias ancestrais através do ensino formal, a proteção contra violências verbais e físicas.

Em sociedades estruturadas pela hierarquização socioeconômica e racial, cada vez mais se revela fundamental, e de relevante impacto social, o desenvolvimento de projetos universitários aplicados à transformação de mentalidades e comportamentos sociais que transgridam os liames do cerceamento cotidiano para a população negra e indígena.

Sob esse aspecto, esse texto visa compartilhar projetos direcionados para uma transgressão do olhar, do pensar e do fazer social, tendo como *locus* o patrimônio cultural interpretado pelo viés teórico/metodológico de Gloria Jean Watkins, ou como é usualmente conhecida a autora, professora, teórica feminista, artista e ativista social estadunidense bell hooks¹.

Por isso, os escritos aqui apresentados são inspirados na obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade”, de autoria de bell hooks (2013) e ainda pouco ou quase nada trabalhada nas Licenciaturas e Pós-Graduações na área de História. Também integra o norte bibliográfico desse trabalho os escritos de Beatriz Nascimento, Neuza Souza, Silvio de Almeida, dentre outros.

Alguns projetos têm sido desenvolvidos na ambiência da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com bolsa da Comissão Nacional de Apoio à Pesquisa (CNPq). O desafio aqui foi articular a teoria e a prática da transgressão de bell hooks nos escritos sobre a pesquisa do patrimônio cultural negro sergipano realizada entre 2018 e 2021.

A decolonialidade no Ensino de História: entre o labirinto do fauno e a revolução negra

Lobos: isso que eles eram, esses soldados que as acompanhavam. Lobos que comem homens. Sua mãe dizia que os contos de fadas não tinham nenhuma relação com o mundo real, mas Ofélia sabia que tinham. Os contos haviam lhe ensinado tudo sobre o mundo (DEL TORO; FUNKE, 2019, p.15).

No livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade”, bell hooks (2013, p. 9-10) expõe a problemática de “sentir-se aprisionada na academia” logo nas páginas introdutórias, em razão da sua efetivação como professora do Oberlin College, já que seu sonho de fato era “tornar-se escritora”. Mas ao mesmo tempo, “o ser professora” era uma forma de conferir um retorno social através de um serviço à sociedade. Assim, escrever e lecionar eram atitudes políticas engajadas na perspectiva de uma

¹ A adoção do nome “bell hooks” teve inspiração na sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. A letra minúscula em suas iniciais é utilizada para dar enfoque ao conteúdo da sua escrita e não à sua pessoa (HOOKS, 1996, p. 152).

“educação antirracista”. Principalmente para negros norte-americanos que vivenciaram a experiência traumática do *apartheid*.

A academia, em sua congregação universidade e intelectualidade, por vezes, nos cursos de Licenciatura, nos distancia da premissa do serviço à sociedade extramuros. Nas áreas das Ciências Humanas, tendemos à uma atitude mais reflexiva e dialógica entre pares e com isso, projetos de pesquisa e pós-graduação *strictu sensu* (Mestrados e Doutorados) são voltados quase que exclusivamente ao encastelamento do acadêmico que se dedica aos meandros da epistemologia.

Como é óbvio, a teoria é extremamente importante para que possamos desvelar o mundo com um olhar científico, que fuja ao senso comum, e nos permita incidir sobre sua composição filosófica e prática. Afinal, a prática precisa da teoria e a teoria precisa se renovar conforme as demandas do tempo sempre dinâmico, com suas rupturas e transformações ao longo de nossas existências.

O problema, no entanto, se encontra quando a teoria vira somente palavra solta, efêmera, por isso vazia e sem aplicação, sem possibilidade de formação para a libertação de preconceitos e toda a forma de exclusão no mundo vivido. Para populações que integram minorias vilipendiadas em seus direitos de existir, sobrevivendo à margem de uma vida digna, com oportunidades e igualdade de toda a sorte, terminologias vãs são como um Labirinto do Fauno², onde o “mundo mágico” dos contos se apresenta como uma solução para fugir ao fascismo espanhol do governo de Francisco Franco (1936-1975), mas exigindo sacrifícios no plano real e ficcional.

A aprendizagem que bell hooks recebeu na escola Booker T. Washington³, que carregava o mesmo nome simbólico do educador negro, ressalta a dedicação dos professores negros em usar (de modo pragmático) a Educação como um ato contra hegemônico, como forma de resistência às estratégias de dominação branca racista. Configurando-se, portanto, em uma pedagogia revolucionária e anticolonial (HOOKS, 2013, p. 10-11).

Mas a “integração racial” terminou por colocar por terra essa prática de liberdade, uma vez que a escola deixou de ser uma janela para a transformação da sociedade por negros formados, para ser um espaço de informação reprodutivista (HOOKS, 2013, p. 11-12). Pois, como é evidente,

² Referência ao filme (2009) e livro (2010) *O Labirinto do Fauno*, sob a escrita e direção de Guillermo del Toro e Cornélia Funke.

³ Booker Taliaferro Washington nasceu no condado de Franklin, estado da Virgínia, em 05 de abril de 1856. Trabalhou em minas de sal e de carvão até conseguir ingressar como aluno no Instituto Hampton em 1872. Booker T. Washington fundou uma escola para negros na Vila Tuskegee, Alabama, em 1881. Recebeu em 1896, da Universidade de Harvard o título de mestrado honorário, e da Dartmouth, o título de doutorado honorário. Apesar da crítica de autores como W.E.B Du Bois, por não ter se engajado na luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos, T. Washington contribuiu para a formação da população negra como mão de obra técnica especializada, em tempos de trabalhos incertos e degradantes para quem não tinha qualificação e era afrodescendente (CORRÊA, 2019).

não interessava aos brancos uma educação que lhes confrontasse as estruturas de poder reinantes.

Desse modo, o ensino deveria ser “neutro”, “sem ideologias”, do “interesse de todos” e não apenas “privilegiar ações afirmativas para grupos identitários”. Se não estivéssemos tratando de um período de integração racial nos EUA entre 1960 e 1970 (MOEHLECKE, 2004; BATISTA, 2016) provavelmente essas expressões poderiam ser confundidas com o movimento da Escola sem Partido que desde 2004, e com maior ênfase entre 2015 e 2019, têm ocupado os debates educacionais no país, inclusive buscando aprovar Projetos de Lei que retirem a legitimidade da oferta de cotas étnico-raciais em universidades públicas, concursos públicos e no próprio Ensino de História, Geografia e Literatura (SEVERO; GONÇALVES; ESTRADA, 2019).

bell hooks (2013, p.12) na continuidade de sua narrativa, ainda em suas memórias como aluna no período da integração racial, relata sua percepção do quanto os professores brancos reforçavam os estereótipos racistas e incidiam sobre o seu “desgosto com a escola e o aprender” enquanto uma menina negra agora sem um ensino compromissado com o combate ao preconceito. Sua trajetória posterior como acadêmica da Universidade Stanford, também lhe trouxe decepções, uma vez que o ensino estava direcionado para a “obediência à autoridade” e ser “uma pensadora crítica da realidade” era uma afronta ao exercício de poder subjacente na academia (HOOKS, 2013, p.14).

No caso brasileiro, a experiência de “ser negro em uma sociedade branca” fora apontada por Neuza Santos Souza (1983, p. 17) cujo emocional vive o conflito de na eminência de almejar a ascensão social “ser cooptado” a assumir para si os valores, o *status* e as prerrogativas brancas.

A crítica à ausência na academia de uma historiografia feita por escritores negros sobre si mesmos, suas trajetórias, histórias, sofrimentos e resistências, também fora feita por Beatriz Nascimento, historiadora sergipana negra, que em artigo publicado em 1974 na Revista de Cultura Vozes nº 68, ressaltou:

Num país onde o conceito de raça está fundado na cor, quando um branco diz que é mais preto do que você, trata-se de manifestação racista bastante sofisticada e também bastante destruidora em termos individuais (NASCIMENTO, 2018, p. 49).

É disso que se trata a “decolonialidade”, ou seja, da “dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos” (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2014, p. 4).

Um dos dispositivos mais fortes da colonialidade é a racialização dos indivíduos, pois conforme afirmou Silvio de Almeida (2018, p. 50) “pessoas

racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais”, assim, os privilégios das pessoas brancas são naturalizados, da mesma forma que a constituição de um imaginário preconceituoso de pessoas negras como “perigosas”, “criminosas”, “inferiores”, “menos aptas”, “esteticamente feias”, “bárbaras” (incivilizadas), dentre outros termos pejorativos, que as excluem de oportunidades políticas, socioeconômicas e culturais.

Frantz Fanon (2019, p. 70), ao defender a “Revolução Africana” em todos os espaços, observou que:

O racismo nos encara de frente precisamente porque se insere num conjunto característico: o da exploração desavergonhada de um grupo de homens por outro que chegou a um estágio de desenvolvimento técnico superior. É por isso que, na maioria das vezes, a opressão militar e econômica precede, possibilita e legitima o racismo.

Assim, o conceito de “racismo estrutural” não pode se perder de forma estática no labirinto do Fauno, mas precisa se tornar movimento, ação e prática para uma educação e uma cultura antirracista nas sociedades latino-americanas, com especial atenção ao Brasil, que por décadas propagou um discurso de “democracia racial”.

Sob esse aspecto, as discussões contemporâneas sobre a Educação Patrimonial e o próprio conceito de patrimônio por intelectuais e órgãos gestores têm se aberto à perspectiva da “virada decolonial” conforme Marcia Chuva (2020, p. 29) através de ocorrências como a demanda pelo registro de patrimônio imaterial de Tava, como Lugar de referência do povo Guarani em 2014, cujo reconhecimento exigiu do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a “desconstrução de cânones forjados no moderno paradigma da Europa Ocidental, e o reconhecimento de diferentes tipos de conhecimento sem hierarquia” (CHUVA, 2020, p. 31).

Sobre a valorização contemporânea do patrimônio negro no Brasil, Mônica Lima (2018, p. 99) narra a significação histórica da entrada do “Cais do Valongo para a lista da UNESCO, como patrimônio da humanidade, em 9 de julho de 2017”, pois mais do que um lugar de memória do tráfico atlântico de africanos escravizados, é ainda a representação da “resistência cultural e política da população negra a uma longa história de violência e exclusão”.

Vale a pena ressaltar ainda que desde 1986, o IPHAN tem realizado tanto o tombamento da cultura material, quanto o registro da cultura imaterial dos bens de origem afro-brasileiros em distintos estados (QUADRO 1).

Quadro 1 – Reconhecimentos do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro pelo IPHAN.

Patrimônio Cultural	Local	Ano/Ação
Terreiro Ilê Axé Iyá Nassô Oká (Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho)	Salvador, BA	1986 – Tombamento
Quilombo Ambrósio: remanescentes	Ibiá, MG	1998 – Tombamento
Terreiro Casas das Minas Jeje	São Luís, MA	2000 – Tombamento
Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé	Salvador, BA	2000 – Tombamento
Terreiro do Alaketo, Ilê Maroiá Láji	Salvador, BA	2001 – Tombamento
Terreiro de Candomblé do Bate-Folha	Salvador, BA	2001 – Tombamento
Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré	Salvador, BA	2002 – Tombamento
Terreiro Culto aos ancestrais – OMO Ilê Agbôulá	Itaparica, BA	2002 – Tombamento
Terreiro Tumba Junsara	Salvador, BA	2004 – Tombamento
Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Recôncavo, BA	2004 – Registro no Livro das Formas de Expressão
Ofício de Baiana de Acarajé	Salvador, BA	2005 – Registro no Livro dos Saberes
Jongo	Sudeste	2005 – Registro no Livro das Formas de Expressão
Passarela do Samba	Rio de Janeiro, RJ	2007 – Tombamento
Matrizes do Samba no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, RJ	2007 – Registro no Livro das Formas de Expressão
Tambor de Crioula	Maranhão	2007 – Registro no Livro das Formas de Expressão
Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira	Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Recife (PE)	2008 – Registro no Livro das Formas de Expressões
Terreiro Obá Ogunté-Sítio Pai Adão	Recife, PE	2009 – Tombamento
Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde	Cachoeira, BA	2011 – Tombamento
Maracatu Nação	Recife, PE	2014 – Registro no Livro das Formas de Expressões
Carimbó	Pará	2014 – Registro no Livro das Formas de Expressões
Marabaixo	Amapá	2018 – Registro no Livro das Formas de Expressões
Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira	São Paulo	2018 – Registro no Livro dos Saberes
Bembé do Mercado	Santo Amaro, BA	2019 – Registro no Livro das Celebrações

Fonte: Elaboração própria com dados de LIMA, 2012 e IPHAN, 2021a e 2021b.

É importante salientar o número de terreiros reconhecidos e protegidos pelo dispositivo do tombamento, desde 1986 com destaque para a Bahia, bem como as formas de expressão e saberes presentes em folguedos, performances e modos de fazer identitários da população afrodescendente no país. Processos que iriam se coligar às proposições de “Salvaguarda da cultura tradicional e popular” efetivadas na Recomendação de Paris de 15/11/1989, durante a 25ª reunião da Conferência Geral da UNESCO, que definiu

o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas nas tradições, expressas por um grupo ou por indivíduos r que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (IPHAN, 1989, p. 2).

Tal reflexão favoreceu uma maior abertura dos órgãos de proteção reconhecimento e patrimonial às culturas externas ao eixo eurocentrado. Todavia, para se chegar à essa compreensão ocorreram diversas contendas, disputas e negociações entre movimentos sociais de afrodescendentes e povos indígenas, principalmente na América Latina, uma vez que não há um consenso espontâneo em sociedades marcadas pela dominação colonial europeia. Os grupos emergentes, duramente excluídos ao longo de sua história, precisam confrontar os interesses do *status quo* em seus padrões estabelecidos.

E mesmo assim, devemos estar atentos para que essa valorização das culturas e etnias há muito segregadas não sejam mediadas por um encapsulamento das culturas tradicionais, sem repensá-las na perspectiva da autonomia, da liberdade, da vida que pulsa, da diversidade estética que é vista como beleza, não apenas pelo consumismo, que confronta as ações paradoxais de manutenção conivente da miséria e subalternidade desses povos sob o julgo do capitalismo predatório. Pois, como afirma Fanon (2019, p. 76): “um povo que empreende uma luta de libertação raramente legítima o racismo”.

Mas como desenvolver “conhecimentos, habilidades e atitudes” decoloniais a partir do Ensino de História, tendo como norte o patrimônio cultural negro em sua relação entre teoria e prática?

Aprendendo a aprender para ensinar a história e identidade cultural negra em Sergipe

Retornando aos escritos de bell hooks (2013, p. 15), é significativo seu relato da “descoberta” de Paulo Freire e sua pedagogia crítica, a partir do qual inspira-se para desenvolver sua própria prática de ensino. Sua única crítica ao

“mentor” brasileiro, é a ausência do feminismo como processo fundamental de uma educação voltada para a liberdade.

Ao longo de suas aulas, já como professora, bell hooks (2013) elenca algumas de suas premissas: 1. Estimular o entusiasmo no aprender como um ato de transgressão à ordem dada e por isso a didática deveria ser flexível, valorizando a presença de cada indivíduo na sala de aula; 2. O exercício de uma pedagogia radical que reconhecesse as diferenças de raça, classe, sexualidade etc.; 3. A interação de pedagogias anticolonialistas, críticas, feministas e engajadas mantendo sempre a autoatualização dos conhecimentos; 4. Lembrar sempre de que nenhuma Educação é politicamente neutra, pois aqueles que exaltam somente uma única corrente de pensamento étnica, geográfica, cultural, socioeconômica adotam com isso um posicionamento político ideológico de manutenção e, portanto, defesa daqueles princípios; 5. Tornar o processo de ensino-aprendizagem realmente democrático, onde todos os sujeitos contribuam, mesmo diante de tensões, conflitos, resistências, recuos e avanços. A “segurança no ensino”, representa ausência de caos e por isso, de criação, de construção de um conhecimento colaborativo, múltiplo e transgressor do que é estático e monolítico.

A partir dessas orientações nasceu o projeto de PIBIC “PVD6445-2018 – De Beatriz Nascimento ao Patrimônio Cultural Negro em Sergipe: entre a memória e o esquecimento no Ensino de História”, desenvolvido na UFS entre 2018 e 2019”. Este se voltou para Beatriz Nascimento (2018, p. 374) que sempre se viu como “a moça negra de Sergipe, que se mobiliza em ter tido tantas transmigrações, tantos desterramentos” em suas vivências no Rio de Janeiro e no continente africano, consciente de sua descendência quilombola sergipana e impactada pela “dimensão trágica da perda da terra ao mesmo tempo em que vive voltada para ela em busca do ponto em que foi rompida essa história”.

As memórias de Beatriz permanecem ausentes na historiografia de sua própria terra natal, Aracaju-SE. Há uma reiterada opção política dos intelectuais sergipanos em destacar e celebrar os homens, brancos, integrantes de genealogias políticas e/ou de elevado padrão socioeconômico como João Ribeiro, Felisbello Freire, Sílvio Romero ou Tobias Barreto⁴. Por isso, a ideia de transgressão era trazer Beatriz para apresentar o patrimônio negro sergipano em três cidades: Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras.

Em termos de patrimônio cultural afrodescendente Sergipe possui o primeiro Museu Afro-Brasileiro, inaugurado em 1976 em Laranjeiras, antes mesmo do Museu Afro-Brasileiro de Salvador (MAFRO-UFBA), entretanto,

⁴ Não se existem livros sobre Beatriz Nascimento publicados por intelectuais sergipanos que integram o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), dois centros de produção historiográfica no estado.

sua expografia ainda é um território contestado pela origem de seu acervo e sua inspiração fundada no discurso da escravização (destacando os acervos de Engenhos de açúcar e artefatos de tortura).

Embora tenha ocorrido uma mudança bastante significativa em sua narrativa de 2009 até agora, a instituição ainda sofre o peso do “pai fundador”: o intelectual, jornalista, “memorialista”, Luiz Antônio Barreto, muito celebrado pelo IHGSE, branco, com conexões políticas locais e que atuou como historiador e museólogo (sem formação nessas duas áreas) assumindo a concepção e elaboração de diversas exposições de longa duração em distintas instituições sergipanas.

No plano dos monumentos, as estátuas em bronze que ornaram a orla da praia de Atalaia, evocando os fundadores da nação não possuíam qualquer representatividade negra e diante da demanda dessa população, foi instalada a estátua de Zumbi dos Palmares, uma representação alagoana, mantendo nas sombras a representação de Mulungu, o escravo rebelde sergipano (DOMINGUES, 2015).

Dentre as inquietações que nortearam a pesquisa questionamos: 1) Onde estão os registros do negro na contemporaneidade sergipana em sua historicidade? 2) Quais são as personalidades negras que refletem identidade e cultura sergipanas? 3) Quais os locais de representatividade do patrimônio cultural negro em Sergipe na contemporaneidade? 4) Como os silêncios historiográficos sobre o negro na contemporaneidade influenciam no Ensino de História? 5) Como trazer o “lugar de fala” negro em Sergipe para o chão da sala de aula?

Assim, o projeto de PIBIC foi desenvolvido com a participação de dois graduandos em História, os alunos Hiago Feitosa da Silva e Maria da Conceição Bezerra dos Santos Sobrinha, através de uma metodologia focada na pesquisa de campo (etnografia de percurso) com observação participativa e entrevistas informais com a população negra dos espaços mapeados. O corte cronológico abrange a presença/pertença negra nos séculos XX e XXI.

Compreendemos a necessidade de mesclar na formação do pesquisador em História a perspectiva interdisciplinar do aporte metodológico da Antropologia, tendo como fundamento a etnografia de percurso em seus três tempos (situar-se, observar e descrever). Pois, conforme afirmou Hélio Silva (2009, p. 186-187):

Uma etnografia só tem três fases na operação analítica que orienta a redação do projeto e do relatório final. A vivência do etnógrafo converte tais fases em atividades sincrônicas (andar, ver e escrever). O percurso no campo, sua observação e a descrição do contexto percorrido e observado são três fluxos que se misturam pela reciprocidade, interdependência e (inter) influências enquanto se tensionam pelas contradições e heterogeneidade das disposições

e habilidades em jogo. Tudo isso compõe uma complexa ambiência, um contexto do qual deriva o estatuto do observador e as propriedades do universo observado. Cena de componentes tão inextricáveis impõe que a etnografia se torne o relato de um percurso. Dados e informações sobre a sociedade observada devem estar organizados no texto ao longo de uma espinha dorsal, o percurso do etnógrafo. Somente essa linha aglutinadora do material colhido poderá torná-lo legível. Trata-se de pensar a etnografia como o relato de uma experiência conflituosa de um observador, condição para o entendimento do que foi observado.

Por isso houve a necessidade de definir um percurso para o “andar e o ver”, todavia, este precisou ser flexível, uma vez que contamos com as indicações que cada sujeito nos fornecia para que pudéssemos ir construindo trajeto e trajetórias do patrimônio cultural negro sergipano.

A partir das caminhadas pelas cidades em seus cotidianos normal ou durante à festejos como o Encontro Cultural de Laranjeiras ou o Festival de Arte e Cultura de São Cristóvão, novos olhares sobre o patrimônio negro sergipano foram sendo construídos. Para este texto, especificamente, foram trazidos os resultados obtidos em Aracaju, lugar de grande invisibilidade institucional, onde o conceito de “patrimônio cultural negro” precisou ser alargado para a referência que a comunidade negra realizava.

O percurso inicial se deu no centro de Aracaju, entre ruas e bairros com relativa proximidade ao rio Sergipe, entre ladeiras e bairros onde trabalha e reside a classe operária, menos abastada e negra da capital sergipana (FIGURA 1). Pois, pensando as reflexões de Angela Davis (2016, p. 12) em sua afirmação de que “classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida”.

Os bairros, ruas, casas que compõem o mapa da cultura negra “não oficial/patrimonializada” em Aracaju compreende papéis de luta pela sobrevivência financeira, de mulheres e homens desempenhando papéis sociais, econômicos e políticos nessa seara onde as heranças culturais os definem, mas suas demandas por vida e qualidade desta também. Não há como pensar em um patrimônio cultural negro alheio às experiências do cotidiano negro permeadas por exclusões, violências e resistências.

Desse modo, para buscar as respostas às indagações propostas, foram relacionados sujeitos, espaços, saberes e fazeres (QUADRO 2) em suas percepções, escolhas e indicações.

O Quilombo da Maloca, no bairro Getúlio Vargas, possui em sua formação demográfica aproximadamente 60 famílias descendentes de quilombolas, foi certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em fevereiro de 2007, sendo o segundo quilombo urbano oficialmente reconhecido

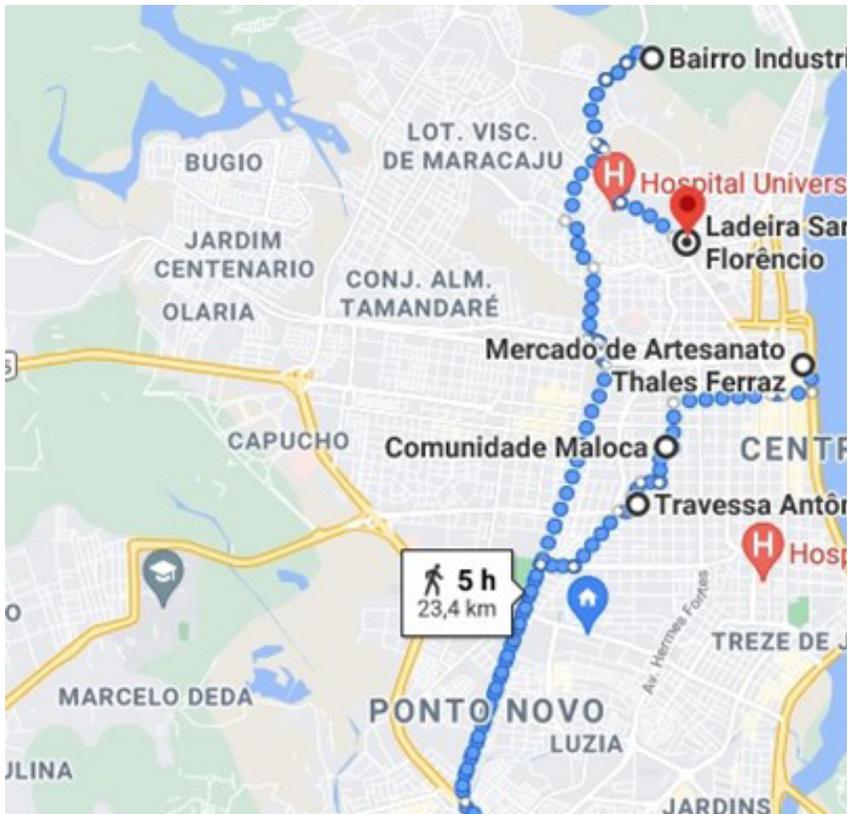


Figura 1 – Trilha do Percurso Cultural Negro em Aracaju, SE.
Fonte: Google Maps, 2018.

no Brasil. Em seu contexto atual aguarda a demarcação oficial fundiária à ser firmada pelo Instituto Nacional CRA (INCRA), enquanto padece com a insegurança alimentar, a piora na qualidade de vida, desemprego, violência – ameaça e coação física da Polícia Militar de Sergipe – além da ausência de estrutura de saúde e educação fornecidas pelas instituições públicas, recebendo por isso a assistência de Organizações Não Governamentais (ONGs) (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2015).

É nesse espaço que Nara do Acarajé e Gil das tranças mantêm a tradição cultural ancestral africana da culinária e ornamentação de cabelos que congregam cultura, economia e protagonismo feminino na subsistência familiar. Raça, classe e gênero, vinculados.

O bairro Cirurgia, nasceu em função do Hospital de Cirurgias inaugurado em maio de 1926, no areal da Thebaldinha (IBGE, 2021). A ocupação do bairro data do final do século XIX, por escravizados alforriados

Quadro 2 – Protagonismos das Culturas Negras em Aracaju-SE

Sujeitos	Espaços	Saberes e Fazer
Lindinara Machado (Nara)	Quilombo da Maloca (Bairro Getúlio Vargas)	Acarajé da Nara (cozinheira/vendedora de Acarajé)
Gilmária Nunes (Gil)	Quilombo da Maloca (Bairro Getúlio Vargas)	Tranças da Gil (trançadeira e pedagoga)
Anderson Batista	Mercado Municipal Thales Ferraz (Centro de Aracaju)	Mestre das plantas e umbandista
Antonina	Travessa Antonina Bairro Cirurgia	Liderança Negra comunitária
Grupo de Rap Família Bocasecas	Bairro São Conrado	Músicas críticas sobre o cotidiano negro
Grupo de Rap 14K	Bairro São Conrado	Músicas críticas sobre o cotidiano negro
Dexter	Terminal DIA	Grafites com rostos de pessoas negras
Lee27	Viaduto do DIA	Grafite com representação de Exu
Isaac Souza, Lee 27 e Feik Frasão	Bairro Industrial, viaduto da ponte Aracaju/Barra	Grafite com o desenho de uma criança negra em uma favela iluminada, desenhado no paredão de grafites
Valter Duarte	Bairro Industrial	Projeto Social Punhos de Ouro (Administrador)
Beatriz Nascimento	Casa no Bairro Santo Antônio, rua Sargento Florêncio	Espaço de moradia da historiadora e roteirista cinematográfica

Fonte: Trabalha adaptada dos dados de pesquisa de Hiago Feitosa da Silva, 2019

e migrantes do interior, proibidos de ocupar o Centro (Aracajú) projetado pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pirro. Era uma região de difícil acesso devido às íngremes ladeiras. Nesse espaço, Antonina, foi uma importante liderança negra para os moradores da travessa que recebeu o seu nome. Criou seus filhos e netos naquele espaço, sendo um deles, Edwyn Gomes, escritos, ilustrador e historiador recém-formado pelo DHI-UFS e Mestrado em História pela mesma instituição.

Já o bairro São Conrado se edificou em uma área de manguezal, próxima ao rio Poxim, atraindo migrantes do interior sergipano que vêm tornar-se operários na Fábrica Santa Cruz. É um espaço historicamente marcado

por precariedade do fornecimento de serviços urbanos, desemprego, baixa escolaridade e grande desigualdade socioeconômica (TELES ET AL., 2019). Todavia, é nessa geografia que os grupos de *rappers* negros Bocasecas e 14K criam sua musicalidade de crítica social, protesto e elementos do cotidiano vivenciado pela população negra do bairro ao longo dos tempos.

Na região metropolitana de Aracaju, o Terminal Rodoviário do DIA e o Viaduto Carvalho Deda são referências de mobilidade urbana de trabalhadores e estudantes pelos bairros da capital. Nestes espaços de trânsito estão os grafites de Dexter e Lee27 cuja arte urbana traz rostos de pessoas negras e suas entidades de matriz religiosa afrodescendente.

Os grafites de Isaac Souza, Lee27 e Feik Frasão também recobrem o paredão de grafites no viaduto da ponte de Aracaju, no Bairro Industrial. Aliás, bairro cujo nome remonta à chegada das fábricas de tecido Sergipe Industrial (1884) e Confiança (1907), reproduzindo nesse espaço as adversidades da relação capita-trabalho, mais uma vez com precária infraestrutura de serviços aos trabalhadores que migraram para residir e trabalhar nessa área. Assim, o grafite contemporâneo retrata a situação de favelização no espaço urbano, onde a população negra é maioria demográfica. Sendo o projeto “Punhos de Ouro”, do administrador negro Valter Duarte, uma ação efetiva para inserir crianças e jovens na cultura do esporte (boxe) na tentativa de evitar a atração pela marginalidade (tráfico e outros delitos comuns em espaços sem os serviços fundamentais do Estado).

Nas pesquisas cartoriais feitas pelos estudantes Hiago e Conceição, com o apoio de Luciana Oliveira (Mestre em Cinema pela UFS e pesquisadora do documentário Orí, dirigido por Raquel Gerber e com co-direção Beatriz Nascimento) foi possível localizar no bairro Santo Antonio, a casa onde Beatriz Nascimento morou com sua família antes de migrar para o bairro de Cordovil, no Rio de Janeiro. Espaço simbólico nomeado como o local onde “nasceu Aracaju”, como apontam cronistas, literatos e historiadores, primeiro de um povoado de pescadores pobres e depois atraindo parte da elite que construiu a Igreja e seus casarios na colina, no momento de transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju (RAFAEL, 2018, p. 138).

Assim, concebemos o patrimônio cultural negro sergipano, em Aracaju, como “as tradições individuais ou comunitárias que criaram uma historicidade, em sua maioria não visibilizadas ou reconhecidas pelos órgãos oficiais de registro do patrimônio cultural, mas que subsistem como herança e resistência da afirmação da ancestralidade africana em seus espaços físicos ou seus modos de saber/fazer que são valorizados no interior da própria coletividade negra local”. Tal conceito, elaborado ao longo do desenvolvimento deste projeto, nos trouxe o desafio de adentrar em uma nova epistemologia do patrimônio cultural afrodescendente e do modo de pesquisá-lo e ensiná-lo.

O percurso foi ressignificado e “transgredido” para uma educação para a liberdade como propôs bell hooks através da elaboração de desenhos onde Beatriz Nascimento, estilizada pelos estudantes de Artes Visuais da UFS Rafael Rocha e Larissa Vieira, a tornaram imagética lúdica para apresentar espaços, saberes e fazeres (FIGURA 2). Ilustrações para Cartilhas Digitais a serem usadas como recurso de Educação Patrimonial da cultura negra em Aracaju no Ensino Fundamental. Essa história local ausente dos livros didáticos e dos museus passa a integrar, à partir das pesquisas realizadas, um produto pedagógico original para afirmar a relevância e trazer à visibilidade à trajetória de pessoas e espaços que constituem a História Cultural das comunidades negras de Aracaju e portanto, deve ser ensinada, enquanto raça, classe e gênero também.



Figura 2 – Beatriz Nascimento apresenta espaços e trajetórias negras em Aracaju

Fonte: Ilustrações Rafael Rocha e Larissa Vieira

Referências

- ALMEIDA, Silvio de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.
- BATISTA, José Carlos. *As políticas de Igualdade Racial nos Estados Unidos e no Brasil: constituição, diferenças e similaridades.* Tese de Doutorado em Ciência Política. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG, 2016

- CORRÊA, Ricardo Alexandre. Booker T. Washington: o ex-escravo da cara branca e defensor da meritocracia. *Carta Campinas*. 13/02/2019. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2019/02/a-historia-de-booker-t-washington-o-ex-escravo-dos-eua-que-defendeu-a-meritocracia/>, acesso em: 15/04/2021.
- CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (ed.). *Seminários DEP/FLUP*, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020 p. 16-35. <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>, acesso em: 22/05/2021.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL TORO, Guilherme; FUNKE, Cornelia. *O Labirinto do Fauno*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
- DOMINGUES, Petrônio. João Mulungu: a invenção de um herói afro-brasileiro in: *História: Questões & Debates*, vol.63, nº2. Paraná: Editora UFPR, 2015.
- FANON, Frantz. Racismo e Cultura. In: MANOEL, Jone; FAZZIO, Gabriel Landi (org.) *Revolução Africana*. Uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Quebrando as Correntes, 2019, p.61-77.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; MEINERZ, Carla Beatriz. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. *Horizontes*, v. 35, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2017, Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v35i1.436>, acesso em: 15/04/2021.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- HOOKS, Bell. Inspired Eccentricity: Sarah and Gus Oldham. In: FIFFER, Sharon Sloan; FIFFER, Steve (ed.) *Family: American Writers Remember Their Own*. New York: Vintage Books, 1996.
- IBGE. Hospital de Cirurgia, Aracaju/SE. In: *Bibliotecas/Catálogo/Bairros/Municípios*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441034&view=detalhes>, acesso em: 25/10/2018.
- IPHAN. *Bens Imateriais Registrados nos Estados*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1617/>. Acesso em: 20/05/2021a.
- IPHAN. *Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em 13/05/2021)*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126/>. Acesso em: 20/05/2021b.
- IPHAN. *Recomendação de Paris*. 15/11/1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso em: 25/05/2021.

- LIMA, Alessandra Rodrigues. *Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: Narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial*. Dissertação de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.
- LIMA, Mônica. História, Patrimônio e Memória Sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. *Outros Tempos*, v. 15, n. 26, p. 98-111, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.18817/ot.v15i26.657>>. Acesso em: 20/05/2021.
- MOEHLECKE, Sabrina. Democratização e Integração Racial: a experiência de ação afirmativa nos Estados Unidos. *Anais da 27ª Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, MG: ANPED, 2004. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt03/t0314.pdf>>. Acesso em: 20/04/2021.
- NASCIMENTO, Beatriz Maria. Por uma História do Homem Negro. [republicação] In: NASCIMENTO, Beatriz Maria. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual*. Possibilidade nos dias da destruição. *s.l.*: Editora Filhos da África, 2018. p.4 2-49.
- NEEPES/ENSP/FIOCRUZ. SE – Comunidade do Quilombo da Maloca aguarda titulação para poder garantir seu território e acessar projetos sociais. In: *Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. 2015. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/se-comunidade-aguarda-titulacao-para-poder-garantir-seu-territorio-e-acessar-projetos-sociais/>, acesso em: 20/10/2018.
- QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. *MASP Afterall*, São Paulo, v. 3, p. 1-11, 2019.
- RAFAEL, Ulisses Neves. SANTO ANTÔNIO DO ARACAJU: etnografia e narrativas sobre um lugar. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, v. 49, n. 1, p. 133–149, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.40765>> Acesso em: 25/05/2021.
- SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.
- SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; ESTRADA, Rodrigo Duque. A rede de difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e no Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84073, 2019, Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623684073>>. Acesso em: 25/04/2021.
- SOUZA, Neuza Santos. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.
- TELES, Dayane Suelen P. N.; PINHEIRO, Fabiana dos Santos; PEREIRA, Ronald dos Santos; SAMPAIO, Andrecksa Viana Oliveira. O velho e o novo: as transformações da paisagem do bairro São Conrado em Aracaju-SE. *Geographia Meridionalis*, v. 05, n. 01 Jan-Jun/2019, p. 49–67.